

Chamamento para Consulta Pública – Solução Inovadora para a Gestão Integrada de Reformas Prediais no Senado Federal

Preâmbulo

O Senado Federal, **por intermédio de sua Secretaria de Infraestrutura (SINFRA)**, em conformidade com suas atribuições e no âmbito de seu compromisso estratégico com a modernização, a eficiência e a transparência da gestão pública, torna pública a abertura desta Consulta Pública.

Esta iniciativa insere-se em um contexto mais amplo de transformação digital e governança, sendo parte integrante da parceria estratégica firmada com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), por meio do Programa Catalisa Gov. O objetivo é fomentar a inovação aberta como ferramenta para resolver desafios complexos da administração pública.

A presente consulta visa subsidiar a eventual e futura contratação de solução inovadora, a ser regida pelos instrumentos previstos no Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021). A adoção deste arcabouço legal reflete a intenção do Senado Federal de não apenas adquirir uma tecnologia, mas de testar, validar e, potencialmente, escalar uma solução que gere valor público mensurável, em um processo ágil e colaborativo com o ecossistema de inovação.

Desta forma, o Senado Federal convida empresas, startups, instituições de ciência e tecnologia, pesquisadores e a sociedade civil a participarem deste diálogo, contribuindo com sua expertise para a construção de uma solução que atenda às necessidades desta Casa Legislativa.

Seção 1: Objeto e Objetivos da Consulta Pública

Objeto

A presente Consulta Pública tem por objeto convocar o mercado, incluindo startups, empresas de tecnologia e a sociedade civil, para apresentar contribuições, informações e potenciais soluções para o desafio da gestão integrada, transparente e eficiente das reformas e adaptações prediais no âmbito do Senado Federal.

Objetivos Específicos

A realização desta consulta atende a um conjunto de objetivos estratégicos, alinhados às melhores práticas de contratação de inovação no setor público. Ao engajar o mercado de forma antecipada, busca-se não apenas coletar informações, mas construir um processo de

contratação mais robusto, legítimo, cooperativo e com maiores chances de sucesso. Os objetivos específicos são:

- **Refinar o entendimento técnico e operacional do desafio público priorizado**, validando e aprofundando a análise interna já realizada sobre as disfunções do processo atual e os requisitos da solução desejada.
- **Mapear e analisar a maturidade (Nível de Prontidão Tecnológica - TRL) de soluções existentes no mercado**, complementando a pesquisa preliminar que identificou um ecossistema maduro de plataformas SaaS (Software as a Service) nos setores de Construtech e Facility Management.
- **Sinalizar formalmente ao ecossistema de inovação a intenção do Senado Federal de lançar uma licitação futura**, por meio do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), para a contratação de um piloto remunerado. Esta sinalização visa preparar o mercado e atrair um maior número de participantes qualificados.
- **Coletar subsídios técnicos e financeiros**, como estimativas de custo, prazos e metodologias de implementação, que serão fundamentais para a elaboração do Termo de Referência e do orçamento preliminar do futuro edital de chamamento público para CPSI.
- **Aumentar a transparência, a isonomia e a legitimidade de todo o processo de compra pública de inovação**, estabelecendo um canal de diálogo aberto e documentado com os potenciais fornecedores.

Seção 2: Contextualização Institucional e o Desafio Priorizado

O Senado Federal e a Complexidade da Gestão Predial

O Senado Federal é uma das instituições centrais da República e seu funcionamento depende de uma vasta e complexa infraestrutura física, que inclui edifícios administrativos, gabinetes parlamentares e imóveis funcionais. A gestão eficiente, segura e ágil das manutenções, adaptações e reformas nesses espaços é uma atividade de suporte crítica, que impacta diretamente a atividade legislativa, a produtividade das equipes e a alocação de recursos públicos. A complexidade do processo é amplificada pela necessidade de coordenar múltiplas áreas técnicas internas (como TI, patrimônio, telefonia) e diversos fornecedores externos, cada um operando sob contratos e lógicas distintas.

A Jornada de Inovação Aberta

A seleção deste desafio não foi um ato isolado, mas o resultado de um processo metodológico e participativo conduzido em parceria com o Programa Catalisa Gov. Esta jornada estruturada, iniciada em março de 2025, envolveu etapas de diagnóstico da maturidade institucional, sensibilização de gestores sobre os novos instrumentos de compras públicas de inovação e um levantamento colaborativo de desafios internos. Por meio de oficinas e da aplicação da matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), foram priorizados os problemas mais críticos da instituição, com o engajamento de servidores e da alta gestão. Este processo assegurou que o desafio aqui apresentado reflete uma necessidade estratégica e premente de modernização da governança administrativa do Senado Federal.

A Pergunta-Desafio

Após o processo de refinamento e priorização, o desafio foi consolidado na seguinte pergunta, que norteia a busca por uma solução inovadora e encapsula a essência do problema a ser resolvido:

"Como podemos articular diferentes setores que precisam atuar coordenadamente para conduzir as reformas prediais do Senado, gerando mais transparência, eficiência e menos encargos aos demandantes das reformas?"

Esta formulação, em formato de pergunta aberta, visa estimular a criatividade e atrair propostas que transcendam a simples digitalização de processos existentes, focando na resolução efetiva do problema central: a orquestração de uma cadeia de serviços complexa e fragmentada.

Seção 3: O Contexto e as Oportunidades de Aprimoramento do Processo Atual

Para que o mercado possa compreender a profundidade do desafio, é fundamental apresentar o cenário atual de forma a evidenciar oportunidades de aprimoramento. O processo de gestão de reformas no Senado, embora funcional em sua essência, apresenta pontos que podem ser modernizados para ampliar a eficiência, reduzir riscos e aprimorar a experiência dos usuários.

Visão Geral do Fluxo "As-Is"

O processo atual se inicia com uma solicitação na intranet do Senado e percorre um longo caminho que envolve múltiplas fases: vistoria, análise de viabilidade, priorização, elaboração de projetos (arquitetônico, instalações), orçamentação, planejamento e, finalmente, a execução. Durante a execução, ocorrem as etapas de desmobilização do espaço, a obra propriamente dita e a posterior reinstalação de mobiliário e equipamentos, culminando em um aceite final. Embora existam sistemas de suporte ao fluxo de trabalho e de registro documental, a comunicação e a coordenação entre as diversas áreas internas (Engenharia, Tecnologia, Patrimônio e Telefonia) e os fornecedores externos ocorrem de forma descentralizada, utilizando múltiplos canais como e-mails, telefonemas e, mais recentemente, um ambiente de colaboração para a fase de execução.

Análise das Oportunidades de Aprimoramento do Processo Atual

A análise aprofundada do processo revela quatro problemas centrais que a solução inovadora deve endereçar:

1. Fragmentação das Etapas e Serviços

O processo atual de gestão das reformas envolve múltiplas áreas técnicas e prestadores de serviço, que atuam em etapas distintas e complementares (elétrica, dados, mobiliário, obras civis,

entre outros). Essa estrutura, embora funcional, apresenta desafios de integração e coordenação entre as partes, dificultando a visualização completa do fluxo e a otimização conjunta das atividades.

2. Necessidade de Coordenação Centralizada

A ausência de um mecanismo único de acompanhamento e orquestração das demandas faz com que a comunicação entre as áreas envolvidas ocorra de forma descentralizada. Isso cria oportunidades de aprimoramento na fluidez das informações, na definição de responsabilidades e na previsibilidade das entregas, especialmente em projetos que exigem a participação simultânea de diversas unidades.

3. Rastreabilidade e Gestão da Informação

Atualmente, parte relevante das comunicações e decisões técnicas ocorre por meios diversos e nem sempre integrados. A consolidação de um registro centralizado, auditável e de fácil consulta contribuiria para maior transparência, controle e segurança institucional, além de facilitar o acompanhamento histórico das demandas e das intervenções realizadas.

4. Visibilidade e Comunicação com o Solicitante

Os solicitantes das reformas — sejam gabinetes parlamentares ou unidades administrativas — nem sempre dispõem de informações em tempo real sobre o andamento de suas solicitações, critérios de priorização ou estimativas de execução. Há espaço para aprimorar a comunicação institucional e ampliar a previsibilidade dos prazos, reforçando a confiança e a satisfação dos usuários internos.

A tabela abaixo sintetiza algumas das principais dores mapeadas ao longo do processo, que evidenciam o impacto humano dessas disfunções.

Tabela 1 – Dores e Oportunidades de Aprimoramento no Processo Atual de Reformas Prediais

Etapa do Processo	Descrição da Situação Atual	Impacto para o Usuário e para a Instituição
1. Coordenação entre Áreas Técnicas	A execução das reformas envolve diferentes áreas (engenharia, elétrica, dados, mobiliário, patrimônio, informática, telefonia etc.), cujas ações são, tradicionalmente, articuladas pelo demandante da intervenção, recentemente implementou-se de maneira informal essa coordenação sob guarida da área de TI da Casa.	A ausência de um ponto central de coordenação resulta em desencontros operacionais, retrabalhos e sobreposição de atividades, além do esforço de articulação recair sobre o solicitante.

2. Planejamento e Sincronização de Serviços	Em algumas etapas, a mobilização e desmobilização de equipamentos e mobiliário dependem de ações coordenadas entre múltiplas áreas.	A indefinição de responsabilidades pode gerar atrasos, acúmulo de tarefas e risco de interrupções não planejadas nas rotinas de trabalho.
3. Acompanhamento da Execução	O acompanhamento do andamento das obras ocorre por canais diversos, com comunicações pontuais e pouco sistematizadas.	Dificulta a obtenção de informações atualizadas sobre o status das intervenções, reduz a previsibilidade e amplia o risco de desalinhamento entre equipes técnicas e usuários.
4. Entrega e Encerramento do Processo	Nem sempre há um rito padronizado de conclusão das obras, com registros formais, aceite e comunicação institucionalizada sobre a entrega do espaço.	Gera dúvidas quanto ao momento adequado para limpeza, reinstalação de equipamentos e retomada das atividades, impactando a eficiência e a ocupação dos ambientes reformados.

Seção 4: A Solução Almejada: Requisitos e Resultados Esperados

A partir do diagnóstico do problema, o Senado Federal almeja uma solução tecnológica que funcione como uma plataforma de orquestração de serviços, transformando o processo fragmentado em um fluxo de trabalho integrado, transparente e auditável. **A solução deve atuar como uma fonte única para todos os envolvidos.**

Requisitos Funcionais (O que a solução deve fazer)

- **Portal Único de Solicitação e Triagem:** Oferecer uma interface centralizada e intuitiva para que os usuários possam abrir, descrever e anexar documentos às suas solicitações, permitindo a triagem e categorização inicial das demandas.
- **Motor de Workflow Automatizado e Configurável:** Digitalizar e automatizar o fluxo de trabalho completo, permitindo modelar etapas, definir responsáveis, estabelecer prazos (SLAs) e automatizar o encaminhamento de tarefas entre as diferentes áreas e prestadores.

- **Painel de Controle Centralizado (Dashboard):** Prover painéis em tempo real e com visões personalizadas por perfil. Gestores devem ter uma visão gerencial de todas as solicitações e gargalos, enquanto os solicitantes devem poder acompanhar o status de suas demandas de forma transparente.
- **Módulo de Orquestração Multi-stakeholder:** Funcionalidade crítica que permite, dentro de uma única solicitação, atribuir e coordenar tarefas entre múltiplas equipes de áreas internas e fornecedores externos, garantindo que todos os envolvidos tenham visibilidade de suas responsabilidades e prazos de forma integrada.
- **Repositório Documental e Trilha de Auditoria Completa:** Centralizar todos os documentos, comunicações, aprovações e decisões relacionadas a cada solicitação, criando uma trilha de auditoria completa e inviolável.

Requisitos Não-Funcionais (Como a solução deve operar)

- **Interoperabilidade e Integração (APIs):** A solução deve possuir APIs (Interfaces de Programação de Aplicação) robustas para se conectar, no mínimo, ao sistema de gestão de documentos e, potencialmente, a sistemas de gestão de patrimônio e contratos, evitando a criação de novos silos de informação.
- **Segurança da Informação e Conformidade com a LGPD:** Aderir aos mais rigorosos protocolos de segurança da informação do Senado Federal e estar em plena conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- **Usabilidade (UX/UI) e Acessibilidade:** As interfaces (web e, se aplicável, mobile) devem ser extremamente intuitivas, em português, e projetadas para usuários com diferentes níveis de proficiência tecnológica, a fim de garantir a máxima adoção e superar a resistência cultural.
- **Escalabilidade:** A arquitetura da solução deve ser escalável para suportar o volume total de solicitações do Senado e o número de usuários concorrentes.

Resultados Esperados

O sucesso da solução não será medido apenas pela sua implementação tecnológica, mas pelo impacto quantificável que ela gerará na eficiência, na governança e na satisfação dos usuários. A tabela abaixo, extraída do estudo técnico que fundamenta esta consulta, apresenta a matriz de indicadores que serão utilizados para avaliar o desempenho da(s) solução(ões) durante a fase de piloto. A apresentação desta matriz de forma antecipada visa orientar os proponentes a focarem suas soluções na entrega de valor mensurável.

Tabela 2: Matriz de Indicadores de Resultado e Impacto Desejáveis para o Piloto

Dimensão	Indicador	Fórmula / Método de Cálculo	Fonte de Verificação	Periodicidade de	Linha de Base (Atual)	Meta (Após Piloto)
Eficiência Operacional	Redução da mediana do tempo de atendimento (de ponta a ponta)	$((\text{Tempo_base} - \text{Tempo_piloto}) / \text{Tempo_base}) * 100$	Plataforma Tecnológica	Trimestral	108 dias corridos	Redução de 30%
Governança e Transparência	Percentual de solicitações com trilha de auditoria completa	$(\text{N}^\circ \text{ de solicitações com registro de todas as etapas} / \text{N}^\circ \text{ total de solicitações}) * 100$	Plataforma Tecnológica	Mensal	100%	100%
Governança e Transparência	Percentual de solicitações com status visível em tempo real para o solicitante	$(\text{N}^\circ \text{ de solicitações com status online} / \text{N}^\circ \text{ total de solicitações}) * 100$	Plataforma Tecnológica	Mensal	100%	100%
Governança e Transparência	Implementar registro de ocorrências (falhas, atrasos etc.)	Número de ocorrências registradas	Plataforma Tecnológica	Trimestral	0%	100%
Governança e Transparência	Índice de integração sistêmica (interoperabilidade)	Número de sistemas integrados/total de sistemas críticos (registro documental, patrimônio, tecnologia, contratos)	Relatórios Técnicos	Trimestral	20%	100%
Governança e Transparência	Tempo médio de atualização das informações (status)	Média entre Evento e Atualização Visível ao Usuário	Plataforma	Mensal	24h	≤6h

Governança e Transparência	Percentual de usuários que consideram o processo “fácil de acompanhar”	(respostas positivas/total) x 100	Pesquisa de Satisfação	Trimestral	90%	≥ 95%
Qualidade e Satisfação do Usuário	Índice de satisfação dos demandantes	Média das notas em pesquisa de satisfação (escala 1-5).	Pesquisa de Campo	Trimestral	A apurar	≥ 70%
Qualidade e Satisfação do Usuário	Índice de adoção da plataforma	(N° de usuários ativos / N° total de usuários potenciais) * 100	Plataforma Tecnológica	Mensal	N/A	≥ 90%

Nota 1: Adotou-se a expressão “indicadores desejáveis” em substituição a metas rígidas, tendo em vista que, em processos de CPIIn, há um grau significativo de imprevisibilidade e a necessidade de abertura para experimentação. Dessa forma, os indicadores cumprem o papel de referências de sucesso pretendido, sem caráter determinante.

Nota 2. Os indicadores e percentuais de meta são estabelecidos a título exemplificativo e poderão ser revistos e/ou refinados. Os indicadores cuja linha de base e meta apresentam o mesmo valor refletem áreas nas quais o Senado Federal já alcançou um nível considerado satisfatório de desempenho. Nesses casos, o objetivo da Administração é assegurar que a futura solução inovadora mantenha nestes pontos esse padrão de qualidade, a fim de garantir estabilidade, continuidade e conformidade com as práticas já consolidadas.

Seção 5: Modelo de Contratação e Próximas Etapas

A transparência sobre o caminho processual e comercial é fundamental para atrair propostas de alta qualidade. O Senado Federal planeja uma abordagem faseada, que mitiga riscos e permite uma tomada de decisão baseada em evidências.

Instrumento Jurídico

Com base na análise técnica e jurídica, que constatou a existência de soluções de mercado com alto TRL (8-9), o principal risco do projeto não é tecnológico, mas sim de implementação (adaptação ao contexto e gestão da mudança). Portanto, o instrumento jurídico a ser utilizado para a futura contratação será o **Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI)**, na modalidade **sem risco tecnológico**, conforme previsto na Lei Complementar nº 182/2021. Este modelo é ideal para testar e validar soluções maduras em um novo ambiente operacional.

Abordagem Faseada

O processo de contratação, a depender dos resultados desta consulta pública e do interesse do Senado Federal, poderá ser desdobrado nas seguintes fases:

1. **Fase 1: Chamamento Público (Edital):** Após a análise das contribuições recebidas nesta Consulta Pública, poderá ser lançado um edital de licitação focado na resolução do problema, descrevendo os resultados esperados (conforme Tabela 2) e os requisitos técnicos.
2. **Fase 2: Seleção das Soluções para Piloto:** Uma comissão técnica analisará as propostas recebidas e selecionará uma ou mais soluções (a depender da viabilidade orçamentária) para a fase de testes, com base em critérios como aderência, potencial de impacto, prazos e robustez tecnológica.
3. **Fase 3: Execução de Piloto Remunerado (Prova de Conceito):** A(s) solução(ões) selecionada(s) será(ão) formalmente contratada(s) para uma fase de teste em ambiente real, com duração sugerida de 6 a 12 meses. O piloto será implementado em um escopo controlado, mas representativo, para validar sua eficácia no contexto específico do Senado.

Potencial de Escalonamento

Um dos principais atrativos do CPSI é a segurança jurídica que oferece para o escalonamento. Ao final do piloto, caso a solução demonstre sucesso, comprovado por meio da avaliação baseada nos indicadores de impacto, a legislação permite que a administração celebre um **contrato de fornecimento subsequente**, em maior escala, com valor de até R\$ 8 milhões, **sem a necessidade de um novo processo licitatório**. Esta clareza sobre o potencial de um contrato de longo prazo é um incentivo para que as melhores empresas do mercado participem do desafio.

Seção 6: Como Participar e Contribuir com esta Consulta Pública

Procedimentos para Participação

As contribuições deverão ser enviadas mediante o preenchimento do formulário disponível neste link ([Consulta Pública: Desafio de Inovação para Reformas Prediais no Senado – Preencher o formulário](#)) até as 23h59 (horário de Brasília) do dia **18 de janeiro de 2026**.

Pessoas jurídicas deverão informar razão social, CNPJ e dados de contato (e-mail e telefone).

Pessoas físicas poderão participar mediante identificação pelo nome e número de CPF, além de fornecer endereço eletrônico e telefone para eventuais comunicações.

As manifestações poderão ser apresentadas de forma livre ou respondendo parcialmente às perguntas orientadoras a seguir, conforme o nível de conhecimento ou interesse de cada participante.

A participação é voluntária, gratuita e não vinculante, não gerando qualquer direito de exclusividade, vantagem ou preferência em eventuais processos futuros de contratação pelo Senado Federal.

Para apoiar os interessados e esclarecer eventuais dúvidas sobre o conteúdo desta Consulta Pública, **foi realizado um webinar aberto no dia 03 de dezembro de 2025 (quarta-feira), das 15h às 17h. Para assistir à sessão, acesse este link:** [Esclarecimentos sobre o Desafio de Inovação para reformas prediais no Senado-20251203_173810UTC-Meeting_Recording.mp4](https://www.senado.gov.br/pt-br/consultas-publicas/Inovacao-para-reformas-prediais-no-Senado-20251203_173810UTC-Meeting_Recording.mp4)

Durante o encontro, a equipe técnica do Senado Federal e representantes do Programa Catalisa Gov apresentaram os principais pontos do desafio, as orientações para participação e ficaram disponíveis para responder às perguntas dos participantes.

A participação no webinar foi aberta a todos os interessados e o convite constou no edital original.

Perguntas Orientadoras ao Mercado

O objetivo das perguntas é coletar percepções, sugestões e exemplos de boas práticas que auxiliem o Senado Federal a compreender o mercado e a aperfeiçoar o desenho de uma possível contratação futura.

As respostas podem ser sucintas, conceituais ou descritivas, conforme a conveniência do participante.

1. Soluções Existentes e Aderência (opcional)

Que tipos de soluções, tecnologias ou metodologias poderiam apoiar o Senado Federal na gestão integrada das reformas prediais, considerando os desafios e oportunidades descritos na Seção 3?

2. Metodologias de Implantação ou Teste (Piloto) - (opcional)

Como seria possível estruturar um projeto-piloto para validar a solução em ambiente real, com duração aproximada de 6 a 12 meses?

3. Custos e Condições de Execução (opcional)

Caso deseje, indique uma estimativa de ordem de grandeza (não vinculante) de investimento, bem como informações gerais sobre modelos de licenciamento, implantação ou suporte.

4. Integração e Interoperabilidade (opcional)

Quais boas práticas ou recursos tecnológicos costumam ser utilizados para integrar soluções de gestão com sistemas institucionais existentes, como os de gestão documental ou patrimonial?

5. Gestão da Mudança e Adoção de Soluções (opcional)

Que estratégias ou abordagens costumam favorecer a adoção de novas ferramentas tecnológicas por usuários com perfis diversos em instituições públicas?

6. Casos de Referência (opcional)

Caso possua, compartilhe experiências ou exemplos de aplicação de soluções semelhantes, no Brasil ou no exterior, especialmente em organizações complexas ou do setor público.

7. Contribuições Gerais e Sugestões Adicionais (opcional)

Há algum aspecto do desafio, dos requisitos ou dos indicadores de sucesso que poderia ser aperfeiçoado, ajustado ou complementado?

8. Desafios Operacionais Adicionais (opcional)

Durante a execução de reformas, podem surgir desafios logísticos e operacionais, como a necessidade e a dificuldade de realocação temporária de equipes (por falta de disponibilidade de espaços), a gestão de espaços ociosos, ou mesmo a condução de reforma sem a desocupação total dos espaços, como acontece eventualmente com gabinetes que, mesmo em reforma, mantém suas operações críticas em funcionamento. Na sua visão, que tipo de funcionalidades, práticas ou abordagens poderiam apoiar a Administração na coordenação desses recursos e na otimização do uso dos espaços durante as obras?

As contribuições recebidas servirão exclusivamente para subsidiar o planejamento e o aprimoramento técnico do projeto, reforçando o compromisso do Senado Federal com a transparência, a inovação aberta e a colaboração com o mercado.